



Durval de Noronha Goyos é advogado, árbitro da OMC (Organização Mundial do Comércio) e da Comissão Internacional de Arbitragem Comercial da China, integrando também a Comissão Internacional da Law Society of England and Wales. Acompanhou de perto as negociações da Rodada Doha da OMC e avalia que foi bom para o Brasil o fato de ela não ter sido concluída: "nós vamos ganhar quase nada na parte agrícola, vamos oferecer muito na parte Industrial e demasiado na parte de serviços. Doha só favorecia os países ricos".

Na década de 1980, percebendo a aceleração do processo de globalização econômica, Noronha tornou-se o segundo advogado brasileiro a obter qualificação para atuar na Inglaterra e no País de Gales. Depois, habilitou-se para advogar em Portugal. Seu escritório, sediado em São Paulo, tornou-se uma espécie de multinacional da advocacia e ganhou gabinetes em Lisboa (Portugal), Los Angeles e Miami (Estados Unidos da América - EUA), Buenos Aires (Argentina), Londres (Inglaterra) e Shanghai (China).

"O grande pólo de crescimento mundial, hoje, está na Ásia, não está mais no Ocidente", afirma. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao *Jornal do Advogado*.

Como o senhor analisa o fracasso da Rodada Doha?

O malogro da Rodada Doha não vem dessa fase final das negociações que tiveram lugar dias atrás em Genebra. Para o Brasil, o malogro vem do início da formação da temática da agenda da Rodada Doha, em 2001, no governo FHC, quando era ministro das Relações Exteriores Celso Lafer. Na ocasião, foi aceita a agenda dos países desenvolvidos, e não foram inseridos nessa mesma agenda os temas de interesse dos países em desenvolvimento. Assim, os países ricos tinham na agenda uma maior abertura do mercado de serviços dos países emergentes. Mas eles já detêm mais de 80% do comércio internacional de serviços. Como resultado da Rodada Uruguai, que foi um grande insucesso para os países em desenvolvimento, as vendas de serviços deles cresceram a mais de 6% ao ano, enquanto as vendas de serviços dos países em desenvolvimento cresceram a menos de 2%. E ainda queriam ampliar as vantagens deles no comércio de serviços. Mais ainda, desejam um maior acesso aos mercados, isto é, querem redução das tarifas aduaneiras praticadas pelos países em desenvolvimento. E na agenda defensiva estava a manutenção dos subsídios escandalosos que eles mantêm no setor agrícola.

Durval de

Mas a Rodada Doha não era também chamada de "rodada do desenvolvimento"?

Era, porém tratava-se de pura retórica para iludir a opinião pública internacional, que estava desesperançada com a OMC. Essa denominação era ilusória e especiosa, porque, na realidade, a agenda da Rodada Doha apenas levava ao aumento de vantagens para os países desenvolvidos, não para os países em desenvolvimento. Nessa atual administração, o governo brasileiro teve de negociar já numa agenda que lhe era desfavorável e que foi estabelecida no governo anterior. Em toda e qualquer negociação internacional, em primeiro lugar discute-se aquilo que vai ser negociado, que vai compor a agenda de negociação. No caso de Doha, como a agenda foi muito mal negociada, o quadro era altamente prejudicial para os países em desenvolvimento em geral e, particularmente, para o Brasil. Os temas de interesse para os países em desenvolvimento simplesmente não foram colocados na agenda.

Por exemplo?

A questão do Trips (Acordo de Propriedade Industrial). Teria sido relevante privilegiar os direitos humanos e as políticas de saúde pública em relação aos direitos de propriedade industrial. É uma área em que é notório o confronto entre as normas de propriedade industrial e as normas de interesse público de proteção à saúde. A questão da biopirataria não foi tratada. No Trims (Acordo de Investimentos) foram excluídas as medidas que poderiam permitir o apoio à indústria nascente nos países em desenvolvimento, ficando apenas aquelas que tratavam de investimentos nos países desenvolvidos. Não se reformou o sistema de resolução de disputas da OMC, de forma a torná-lo mais eficaz e dotá-lo de exequibilidade específica, para que as decisões arbitrais sejam executadas, o que não ocorre hoje. O Acordo de Medidas Fitossanitárias, que está sendo utilizado como empecilho para as exportações do setor agropecuário, como é o caso da carne bovina brasileira: hoje temos pouquíssimos frigoríficos habilitados a exportar para a Europa por conta disso. Enfim, há um elenco muito vasto de pontos que causam grave desequilíbrio na regulamentação institucional da

"A credibilidade da OMC sai bastante comprometida perante a opinião pública internacional. Todos percebem as políticas da OMC como extensão da política oficial dos países hegemônicos"

OMC, dos seus tratados, e que foram reconhecidos pelos principais organismos internacionais, como a ONU, a Unctad, pelo FMI etc.

O Brasil, então, tinha razão quando afirmava que, do jeito que estava, Doha era prejudicial aos interesses nacionais?

Claro. A agenda de Doha era tendenciosa para promover a prosperidade seletiva de uns poucos em detrimento de muitos, mantendo a tradição do regime multilateral do comércio, que tem sido sistematicamente favorável aos países ricos. Tanto é que, até à Rodada Uruguai [1986-1994], todas as outras rodadas foram lançadas pelos Estados Unidos da América (EUA) e praticamente fechadas por apenas eles. Na Rodada Uruguai houve uma mudança, porque ela foi lançada pelo Japão, mas foi imediatamente dominada pelos EUA e pela União Européia (UE), que conseguiram afirmar os seus interesses e fecharam a Rodada Uruguai sozinhos, os dois. O Brasil foi negociando esta agenda adversa e procurando, como é tradicional na diplomacia brasileira, ter uma postura mais defensiva do que afirmativa. No caso, não havia muitas alternativas, em função daquela agenda pre-estabelecida que não atendia aos nossos interesses.

Mas dá para dizer que Doha está morta e enterrada, ou pode ser ressuscitada?

Doha pode ser retomada. Mas o resultado negativo, com essa agenda, é inexorável. Dentro dessa perspectiva, volto a dizer, o não-fechamento da Rodada Doha beneficia o Brasil. O que causa estupefação é a incoerência dos negociadores brasileiros na fase final das negociações. A linha mestra da política externa do governo Lula tem sido o estreitamento das relações entre os países Sul-Sul e a priorização dos países numa aliança no âmbito da América do Sul. Mas na fase final de Doha, a diplomacia brasileira se alinhou com seus adversários e voltou as costas aos seus aliados tradicionais para apoiar uma proposta que, notadamente, favorecia os EUA e a UE. Com isso, rompemos a aliança tradicional e ficamos isolados politicamente nas nossas relações internacionais. O governo ainda deve explicações sobre o que aconteceu.

A OMC sai enfraquecida, não?

Mais enfraquecida do que já estava. A credibilidade da OMC sai bastante comprometida perante a opinião pública internacional. Todos percebem as políticas da OMC como extensão da política oficial dos países hegemônicos. É um organismo que possui um regime jurídico que não é equitativo. O Brasil, em particular, evitou perdas muito palpáveis na área de tarifas industriais e na área de serviços. Nós temos tarifas máximas permitidas consolidadas de 35% na OMC, e temos tarifas praticadas nominalmente de 12%, com base no dólar, menos de 9%, se fôssemos reduzir para 14%, como os americanos queriam, ficaríamos sem margem de proteção tarifária, que é a única proteção legítima que existe contra a concorrência internacional. Isso é mais grave no Brasil porque a nossa moeda está supervalorizada em 35%. Assim, as exportações para o Brasil, indiretamente, têm um incentivo de 35%. É uma aberração.

Que tipo de ajuste poderia ser feito na política monetária e cambial para que o Brasil não perca competitividade no mercado internacional?

Só para concluir: os países que têm a sua moeda subvalorizada, como a China, cujo dinheiro está subvalorizado em 25%, põem seus produtos aqui dentro por um preço 60% mais barato. Então, se não houver a possibilidade de uma proteção tarifária, não sobra nada para nos defender contra surtos de importação. E se for mantida essa política monetária bizarra, de supervalorização do real, a médio e longo prazo ela acabará com a indústria nacional. A nossa política cambial e monetária não é condizente com a liberalização tarifária. Das 66 moedas monitoradas pelo serviço Bloomberg, o real é a que mais se valorizou contra o dólar. Com relação aos juros, temos taxa de juro real, positiva, de 7% ao ano. Só perdemos para a Turquia. A China, de 2% negativa. Os EUA, 2% negativa. A UE, 1%. Então, a taxa de juros alta sobrevaloriza artificialmente a moeda e diminui a taxa de investimentos. Na China, como a taxa de juros é negativa, ninguém põe dinheiro no mercado financeiro. O dinheiro que entra, é para investimentos. Por isso, o índice de investimentos chines é o dobro do Brasil: nós temos 19% do PIB e a China tem 38%. Sem falar na carga tributária, que é de 38% do PIB no Brasil e, na China, de 20%. Fica difícil competir assim. Diante desse quadro de anomalia grave de nossa economia, precisamos muito de proteção tarifária, e mesmo esse teto consolidado de 35%, hoje, não é mais suficiente. Imagine só se caísse para 14%.

Noronha Goyos